

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 61/2014



ASSUNTO: CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE TURISMO, O CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA, O CENTRO DE EVENTOS, O FÓRUM E A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO, O SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES DO TURISMO, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

Relator: Vereador LEANDRO MARTINS DOS SANTOS

1. RELATÓRIO:

Trata-se de projeto de lei de autoria do Poder Executivo cuja pretensão é criar o **SISTEMA MUNICIPAL DE TURISMO**(arts. 1º ao 3º); **O CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA**(arts. 4º ao 6º); **O CENTRO DE EVENTOS**(arts. 7º ao 9º); **O FÓRUM E A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO**(Arts. 16 a 22); **O SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES DO TURISMO**(arts. 25 a 28), bem como REESTABELECE o **CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO**(arts. 10 a 12) e o **FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO**(arts. 13 a 15), estabelecendo seus

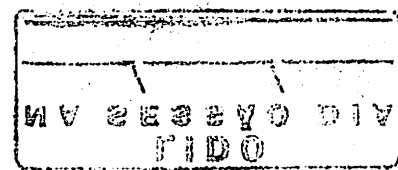
1. The first part of the document is a letter from the
Minister of the Interior to the Minister of the
Treasury, dated 10th March 1964. The letter
concerns the proposed amendment to the
Finance Bill, 1964, and the proposed
amendment to the Finance Bill, 1964.
The letter is signed by the Minister of the
Interior, and is dated 10th March 1964.

2. The second part of the document is a letter from the
Minister of the Treasury to the Minister of the
Interior, dated 10th March 1964. The letter
concerns the proposed amendment to the
Finance Bill, 1964, and the proposed
amendment to the Finance Bill, 1964.
The letter is signed by the Minister of the
Treasury, and is dated 10th March 1964.

3. The third part of the document is a letter from the
Minister of the Interior to the Minister of the
Treasury, dated 10th March 1964. The letter
concerns the proposed amendment to the
Finance Bill, 1964, and the proposed
amendment to the Finance Bill, 1964.
The letter is signed by the Minister of the
Interior, and is dated 10th March 1964.

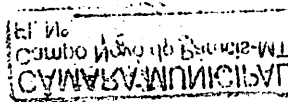
4. The fourth part of the document is a letter from the
Minister of the Treasury to the Minister of the
Interior, dated 10th March 1964. The letter
concerns the proposed amendment to the
Finance Bill, 1964, and the proposed
amendment to the Finance Bill, 1964.
The letter is signed by the Minister of the
Treasury, and is dated 10th March 1964.

5. The fifth part of the document is a letter from the
Minister of the Interior to the Minister of the
Treasury, dated 10th March 1964. The letter
concerns the proposed amendment to the
Finance Bill, 1964, and the proposed
amendment to the Finance Bill, 1964.
The letter is signed by the Minister of the
Interior, and is dated 10th March 1964.



6. The sixth part of the document is a letter from the
Minister of the Treasury to the Minister of the
Interior, dated 10th March 1964. The letter
concerns the proposed amendment to the
Finance Bill, 1964, and the proposed
amendment to the Finance Bill, 1964.
The letter is signed by the Minister of the
Treasury, and is dated 10th March 1964.

7. The seventh part of the document is a letter from the
Minister of the Interior to the Minister of the
Treasury, dated 10th March 1964. The letter
concerns the proposed amendment to the
Finance Bill, 1964, and the proposed
amendment to the Finance Bill, 1964.
The letter is signed by the Minister of the
Interior, and is dated 10th March 1964.



objetivos, atribuições e princípios, bem como sua organização, composição e funcionamento.

O Projeto veio acompanhado de justificativa(Mensagem Legislativa nº 067, de 01/09/2014), na qual o autor argumenta dentre outras coisas, que **“...O sistema Municipal de Turismo visa implementar e estabelecer novos mecanismos de gestão pública das políticas de turismo, promover a economia, o crescimento sociocultural, a preservação ambiental e o desenvolvimento da atividade turística de forma ordenada e sustentável pela coordenação e integração das iniciativas oficiais, como as do setor produtivo, de modo que possa atingir as metas do Plano Nacional de Turismo...”**.

A Assessoria Jurídica, instada a se manifestar, se pronunciou pela legalidade do Projeto, conforme parecer de fls.

Como dito pela Assessoria Jurídica, é certo que ao Município, por seu administrador, é permitido, após prévia autorização legislativa, criar o Sistema Municipal de Turismo; criar Conselhos e criar/restabelecer Fundos Municipais.

Ademais, o Sistema Municipal de Turismo que se pretende criar, **segundo afirmação do Sr. Prefeito na Mensagem nº 067, de 01/09/2014,** sistematizará o órgão de gestão e equipamentos do turismo, criando instâncias de participação democrática, como o Conselho Municipal de Turismo(COMTUR), os fóruns e as conferências, estruturará o Plano Municipal de Desenvolvimento do

Turismo e os recursos a serem investidos na área através do Fundo Municipal de Turismo(FUMTUR).

2. VOTO DO RELATOR:

O vereador relator, após minuciosa análise, se manifesta no sentido de que existe aptidão legal para a tramitação do Projeto em análise, uma vez que não há óbice legal ou constitucional.

3. VOTO DA COMISSÃO:

Diante do exposto e acompanhando o voto do vereador relator, a Comissão emite **PARECER FAVORÁVEL** à matéria em epígrafe em face da consonância da proposição com as normas legais vigentes.

Sala das Comissões, em 03 de novembro de 2014.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.



LEANDRO MARTINS DOS SANTOS - Presidente



DIONARDO MENDES DA CONCEIÇÃO - Vice-Presidente



SEBASTIÃO PEDRO DA VITÓRIA – Membro